

MODULAÇÃO: UMA ESTRATÉGIA PARA APRIMORAR A QUALIDADE DO PROJETO PEDAGÓGICO DA PUC-CAMPINAS²⁹

1. INTRODUÇÃO

A Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, com o fim de contribuir para o processo de construção do Projeto Pedagógico Institucional, dedicou-se a realizar estudos bibliográficos, documentais e de campo acerca de componentes da estrutura curricular. Tais estudos são imprescindíveis a subsidiar a proposição de parâmetros conceituais, estratégicos e operacionais que possam, se aprovados pelos órgãos da Administração Superior e pelo Conselho Universitário, vir a constituir a Política de Ensino de Graduação da PUC-Campinas. Dentre os componentes curriculares que tomou como objeto de estudo, é abordada neste documento a modulação, relatando-se sucintamente os resultados dos estudos empreendidos para, a seguir, apresentar à análise uma série de norteadores para o estabelecimento, operacionalização e avaliação da aplicação da estratégia de modulação nas disciplinas dos cursos de graduação oferecidos pela Universidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Há de se fazer notar que a pesquisa bibliográfica empreendida revelou a escassez de trabalhos que tratassem especificamente de modulação enquanto estratégia didático-pedagógica. Foram, no entanto, encontradas referências ao trabalho com pequenos grupos, especialmente em relação a processos de ensino/aprendizagem baseados em experimento e modelagem, que são geralmente desen-

29. Documento aprovado na 337ª Reunião do Conselho Universitário da PUC-Campinas, a partir de texto proposto pela Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, com base em estudos e debates (Prof. Carlos de Aquino Pereira – Vice-Reitor; Profa. Dra. Maria de Fátima S. Amarante, Prof. Dra. Tânia Maria P. Torniziello – Assessoras; Profa. Dra. Diana T. Lalloni – Membro da Comissão Acadêmica; Julcimara R. Marrara – Assistente Técnica)

volvidos em laboratórios, bem como a processos de ensino/aprendizagem que exigem maior tempo de engajamento do aluno e que, portanto, pressupõem a divisão de classes em turmas menores, como estratégia que permite maior alocação de tempo a cada aluno e, assim, a aceleração do processo de aprendizagem. Por conseguinte, pode-se afirmar que a modulação é uma estratégia didático-pedagógica destinada a favorecer abordagens centradas nos aprendizes, a intensificar ou acelerar a aprendizagem ou, ainda, a garantir a consecução dos objetivos de qualidade de atividades de ensino/aprendizagem que exigem atenção/ participação individualizada ou a/de pequenos grupos. De fato, é necessário apontar que, historicamente, a divisão em grupos esteve, a princípio, intrinsecamente relacionada a atividades de treinamento prático, desenvolvidas especialmente em laboratórios. Expandiu-se, a seguir, para atividades práticas típicas de abordagens centradas no aprendiz, quando o ensino deixou de ser marcadamente reprodutivista e, assim, calcado na transmissão do conhecimento, para assumir um caráter construtivista e, portanto, baseado na participação ativa do aprendiz.

Consubstanciou-se um quadro em que as ações educativas, até então restritas em sua quase que totalidade às aulas expositivas na sala de aula conjugadas ao estudo em casa e às avaliações formais, deixam de atender ao perfil da escola e dos alunos. De uma parte, para atender à crescente demanda sem a necessária ampliação do espaço físico, o período de permanência do aluno na escola é reduzido e o número de alunos por classe é ampliado. A configuração social também se altera com a inserção cada vez maior de mães no mercado de trabalho, com a inserção dos próprios alunos no mercado de trabalho, com o advento da televisão, com dispersão dos interesses dos jovens, para citar apenas alguns dos fatores que acarretaram uma alteração dos hábitos de estudo da população em idade escolar.

Ainda, há de se fazer notar que o acirramento da competitividade e do individualismo possessivo bem como a valorização de modelos educacionais que objetivam o desenvolvimento de pluri-

competências e de habilidades analítico-críticas, a integração teoria/prática e a aprendizagem em serviço, decorrentes do contexto político-sócio-histórico contemporâneo em que a educação assume cada vez mais valor de capital econômico em substituição ao seu tradicional valor de capital cultural, implica a introdução de práticas educativas que possam dar conta de alocar, no próprio espaço escolar, maior tempo para a consecução de quase todo o processo de aprendizagem, que assume maior complexidade ao enfatizar o conhecimento aplicado. Observa-se que o aluno transmuta-se em cliente e o conhecimento em produto de consumo. Neste contexto, o aluno/cliente passa a exigir da escola/fornecedor garantias quanto à qualidade do curso/produto que adquire, no que se refere à sua adequação a seus interesses e necessidades. Em última análise, estabelece-se uma relação custo-benefício em que a variável de atendimento individualizado se configura como um diferencial competitivo de qualidade.

Este quadro configura, de modo geral, a expansão das práticas de modulação nos currículos escolares, especialmente nas instituições de ensino particulares, que estão mais fortemente submetidas à competitividade do mercado educacional. No contexto dessas instituições, cumpre notar, a modulação, enquanto diferencial qualitativo, deve ser regulada, a um só tempo, por indicadores pedagógicos decorrentes do maior ou menor caráter prático do conhecimento que se pretende construir e das estratégias necessárias a propiciar o bom desenvolvimento de tal processo de construção e também por indicadores operacionais decorrentes do poder aquisitivo do aluno/cliente e da configuração dos recursos humanos e materiais que a escola/fornecedor coloca ou pode vir a colocar à disposição.

Além deste aspecto, cabe mencionar que a modulação pode apresentar às instituições de ensino superior um conflito interno, uma vez que, enquanto processo de individualização, configura maior exercício de poder pelo professor cujo olhar se detém sobre um número menor de alunos por maior tempo, contrapondo-se ao objetivo de promover a autonomia intelectual do aluno, que é perma-

nentemente “assistido”, “orientado”, “vigiado” pelo professor, que, em certas ocasiões assume o lugar do aprendiz, aprende pelo aluno. Assim, há de se atentar para o fato de que a Universidade deve cuidar, como já vem fazendo, para que a aplicação da modulação seja operacionalizada sem prejuízo ao desenvolvimento da autonomia intelectual do aprendiz, evitando-se o seu hiperdimensionamento.

No que se refere à pesquisa documental que foi levada a cabo pela Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, constatou-se, em atas do CONSUN (cópias destas atas encontram-se à disposição na Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos), que a questão da modulação foi objeto de estudo empreendidos pela Vice-Reitoria para Assuntos Administrativos e Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos e objeto de deliberação daquele Conselho em 1985 e 1986. Movida pela necessidade de tomar medidas que permitissem maior equilíbrio orçamentário, face ao contexto econômico brasileiro bastante desfavorável naquele momento, determinando corte nas subvenções às universidades particulares, o que afetava fortemente a PUC-Campinas, a Administração Superior fez realizar o Censo Acadêmico e, a partir da análise dos dados colhidos, conjugada a informações coletadas em instituições congêneres, apresentou às Unidades Acadêmicas proposta de redimensionamento da modulação em seus cursos. A metodologia então adotada encontra-se explicitada na página 57 e seguintes da ata da 195ª Reunião do Conselho Universitário, indicando-se que: “a dimensão pedagógica sempre deve ser o ponto de referência para a dimensão administrativa. Este princípio não elimina, entretanto, a necessidade de dimensionamento da estrutura acadêmica segundo os recursos disponíveis, atualmente com pequena margem de flexibilidade. (...) A proposta de elaboração dos módulos foi embasada neste dois grandes eixos: a necessidade pedagógica e a viabilidade financeira.” Encontra-se, ainda, que: “Os módulos propostos não são homogêneos para toda a Universidade, dada a natural distinção e a especificidade da áreas de conhecimento e dos Cursos. Situações semelhantes foram, no entanto agrupadas e mereceram tratamento tão semelhante quanto possível. Para as aulas teóricas, em que pese haver poucas exceções, propôs-se um docente por classe. Há exceções que justificam, casos em que ou não se podem juntar, em determinada atividade, alunos do mesmo sexo, ou

a distribuição de alunos obedece à imposição de espaço físico, horários, atividades distintas realizadas concomitantemente no Hospital ou em Clínicas. Quanto às demais atividades, os módulos levam em conta o caráter específico de cada Curso, o perfil profissional, o espaço físico, o conteúdo da atividade desenvolvida, o projeto pedagógico do curso, situações semelhantes de outras Instituições, o número de alunos previsto para as diversas séries, as vagas iniciais de cada curso, as grades curriculares.”

Cumpra-se notar que, na página 61 da ata acima referida, encontra-se menção a documentos em anexo, no total de 6 Anexos, sendo o Anexo 2 referente a Módulos das atividades acadêmicas, por Curso. Entretanto, somente compõem a ata o Anexo 6, 5 e 4. Tal fato não permite verificar as modulações propostas que foram objeto de deliberação. Nas atas das reuniões seguintes, são julgados recursos apresentados por determinadas Unidades no que se refere às modulações de disciplinas específicas.

Em que pese o fato de a ausência do Anexo 2 não permitir que se tenha o quadro geral proposto para a modulação na Universidade, a pesquisa documental revelou a existência de registro da modulação efetivamente praticada em 1986 (cópia deste documento encontra-se à disposição na Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos). Segundo informações obtidas junto à Assistência Técnica da Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, que participou deste processo, foi então determinado, em conjunto com a Vice-Reitoria para Assuntos Administrativos, o índice de 0,5 a ser aplicado sobre todas as modulações autorizadas na Universidade, para a operacionalização dos módulos subseqüentes. Ainda, segundo a Assistência Técnica da Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, a partir de 1986, alterações de modulação foram propostas por diversos cursos e tramitaram regularmente nos órgãos competentes, como processos. Cabe observar que a análise documental revelou ter havido e ainda haver alguns casos isolados de discrepâncias na operacionalização da modulação autorizada e na aplicação do índice de ponderação, sendo alguns deles oficializados mediante autorização em caráter excepcional e outros não.

De outra parte, uma análise da questão da modulação nos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação da PUC-Campinas,

resultantes do processo de reestruturação curricular implantado a partir de 1999, revela, em grande número de casos, a ausência de explicitação de justificativas para sua aplicação e formato, e, de forma acentuada, a existência de uma grande diversidade de aplicação e de formatos, o que leva a considerar a possibilidade de que não tem sido levada a cabo uma profunda reflexão acerca dos indicadores que devem regular a modulação. Tais fatos configuram a necessidade de se propor parâmetros para que a Universidade, mantendo seu compromisso de promover processos educacionais de excelência e de atender às especificidades de cada curso, garanta, naquilo que for adequado e na medida apropriada, a unidade que caracteriza o pertencimento institucional. Os parâmetros de modulação, balizados tanto por indicadores pedagógicos quanto por indicadores operacionais, são a garantia de tratamento equânime e justo aos diferentes cursos da Universidade bem de compromisso de viabilização das condições necessárias à implementação das atividades nos moldes aprovados.

3. PARÂMETROS CONCEITUAIS, ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS DE MODULAÇÃO PARA A POLÍTICA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA PUC- CAMPINAS ³⁰

1. A modulação, entendida como subdivisão de classe em grupos menores, configura-se como estratégia pedagógica exigida pela especificidade de determinadas atividades de ensino/aprendizagem.
2. A aplicação da modulação é restrita a disciplinas que possuem cargas horárias práticas aprovadas pelo Conselho Universitário.
3. A modulação-base das atividades práticas na PUC-Campinas é de 1/30 (um professor para cada 30 alunos).
4. O formato da modulação, em disciplinas laboratoriais, pode ser, em casos específicos, temporariamente configurado pelo número de equipamentos disponíveis, até que a Universidade possa atender às necessidades de aquisição.

30. A modulação foi posteriormente regulamentada através da Resolução Normativa nº 001/01.

5. Disciplinas de diferentes cursos cujas atividades são desenvolvidas no mesmo laboratório têm, em princípio, modulação uniforme, cabendo justificativa em caso de especificidade que determine outra configuração.
6. Em disciplinas laboratoriais, o formato da modulação deve ser balizado por índices reguladores de periculosidade e insalubridade, quando previstos em lei. Tais índices deverão ser indicados nas justificativas das modulações das disciplinas a que se aplicarem que devem compor os Projetos Pedagógicos dos Cursos.
7. Em disciplinas laboratoriais, o formato da modulação deve prever a reserva de equipamento para a eventualidade de quebra ou mau funcionamento, na proporção de, no máximo 10% do número de equipamentos disponíveis. Tal proporção de reserva deverá ser estabelecida em relação decrescente, observado o índice de frequência de utilização diária do equipamento.
8. Em disciplinas não laboratoriais, cabe justificativa para configuração fora do padrão estabelecido caso a especificidade da atividade prática a ser desenvolvida demande atenção/participação individual e atenção/participação em pequenos grupos.
9. Entre as atividades que requerem atenção/participação individual ou atenção/participação em pequenos grupos estão: modelagem e repetição, realização e reprodução de experimentos, realização de diagnósticos, realização de tarefas de busca de soluções, realização de tarefas de análise, realização de tarefas de crítica, implementação de medidas, planos de ação, projetos, seminários, relatos de experiências, discussões, dentre outros.
10. Em atividades que requerem atenção/participação individual ou atenção/participação em pequenos grupos, o Projeto Pedagógico do Curso deverá explicitar as justificativas que orientam a alocação de x minutos/aula por aluno ou x minutos/aula por pequeno grupo configurada na modulação. Para tal deve ser utilizado, como unidade de cálculo, o conjunto de 90 minutos, estabelecido em função da duração de aula dupla, que é de 100 minutos, descartados 10 minutos destinados às orientações gerais iniciais e ao controle de frequência obrigatório.

11. Em atividades relativas a elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa, de desenvolvimento de produtos e de trabalho de conclusão de curso, o formato da modulação é configurado pela relação orientador/ orientando na proporção de 50 minutos/mês por aluno ou por pequeno grupo.
12. Em atividades relativas a práticas profissionais supervisionadas e estágios supervisionados, o formato da modulação é configurado pela tipologia da supervisão, prevendo-se 3 categorias: supervisão indireta – proporção de 25 minutos/mês por grupo de 5 alunos; supervisão direta – proporção de 25 minutos/ mês por aluno; supervisão com intervenção – proporção de 50 minutos/mês por aluno.
13. A modulação, de modo geral, pode ser, temporariamente, configurada pelo espaço físico adequado ao desenvolvimento da atividade planejada que se encontra disponível, até que a Universidade possa atender às necessidades.
14. A modulação será operacionalizada, a partir da aplicação dos indicadores acima estabelecidos, e em relação ao número de alunos regularmente matriculados nas disciplinas para as quais for autorizada³¹.

31 Análise e parecer da Comissão de Ensino de Graduação, aprovados pelo Conselho Universitário da PUC-Campinas: *Após a análise dos documentos* 1) "Modulação: uma estratégia para aprimorar a qualidade do projeto pedagógico", 2) "Estágio Curricular: um componente da formação acadêmica Profissional", 3) "Trabalho de Conclusão de Curso: um projeto de contribuição discente na perspectiva do experimento, da aplicação, da análise, da crítica e da produção"; e da constatação da necessidade e urgência para que as atividades do Trabalho de Conclusão de Curso, Estágio Curricular e Modulação sejam adequadas à realidade atual da PUC-Campinas, a CEG faz as seguintes considerações: a) os fundamentos elencados (pág. 4-8) no documento de Estágio revelam objetividade e clareza conceitual em relação ao problema; b) o documento contempla, entre outros aspectos, a discussão de situações específicas de cada unidade; c) os fundamentos, apresentados no documento do Trabalho de Conclusão de Curso (pág. 3-8), também visam a abertura para discussão de problemas pertinentes à questão e aos específicos de cada unidade, os quais estejam de acordo com seu Projeto Pedagógico; d) os fundamentos, colocados nas páginas 5-8 do documento (modulação), revelam preocupação quanto à necessidade de se atender a adequação das atividades das cargas horárias práticas ao número de alunos, o que foi aprovado pelo Conselho Universitário. Estabelecem que a modulação-base é de 1/30, a fim de buscar um critério comum para todas as unidades e contemplam também o estudo das especificidades de cada unidade, sempre buscando aprimorar a qualidade de cada projeto pedagógico. A CEG é, portanto, de Parecer Favorável no que se refere aos princípios que nortearam os documentos sobre Trabalho de Conclusão de Curso, Estágio Curricular e Modulação, com a certeza de que eles vêm ajudar numa análise crítica dos trabalhos universitários a fim de aprimorar a qualidade do projeto pedagógico, como proposto.